



CONCURSADM

Preparando Administradores para Concursos

Marinha do Brasil

Exercícios de Economia: Finanças Públicas

Site: acjassumpcao77.webnode.com

Parte 2 – Finanças Públicas

Prof. Antonio Carlos Assumpção

Site: acjassumpcao77.webnode.com

Bibliografia

- **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil** – Fábio Giambiagi e Ana Cláudia Além – 4ª ed. – Ed. Campus.
- **Economia do Setor Público no Brasil** – Org. Ciro Biderman e Paulo Arvate – Ed. Campus.

- **Conteúdo Programático**

- **Parte 1**

- Sistema de mercado e eficiência econômica.

- **Parte 2**

- O Governo e as políticas de bem estar social.
 - Falhas de Governo.
- Falhas de Mercado.
 - Falta de concorrência, Bens públicos, Externalidades, mercados incompletos e assimetrias de informação.
- Princípios gerais de tributação.
- Funções do Estado (objetivos da política fiscal).

- **Parte 3**

- Cálculo da dívida pública e do déficit público.
- Formas de financiamento.
- Sustentabilidade da relação dívida/PIB.
- Contas Públicas: o caso brasileiro.
- Sistema tributário brasileiro.
- Federalismo Fiscal.
- Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Parcerias Público-Privadas.

IM – 2015 – Questão 6

1) Quanto ao Plano Plurianual(PPA), é correto afirmar que:

- a) definirá metas e prioridades da administração para o exercício subsequente, incluindo despesas de capital.
- b) deverá ser apresentado ao Executivo até a data de apresentação da Lei Orçamentária Anual (LOA), no primeiro ano de mandato.
- c) deverá conter a previsão para o período de 4 anos, das despesas de capital, dos gastos decorrentes dessas despesas de capital e dos novos programas de duração continuada.**
- d) deverá dispor sobre a alocação de recursos previstos na composição de programas, projetos e atividades observando as prioridades estabelecidas pelo Executivo.
- e) é um instrumento de execução de planos e programas, de realização de obras e serviços visando ao desenvolvimento da comunidade devendo refletir o programa de governo, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

- **Plano Plurianual (PPA)** - lei que prevê a arrecadação e os gastos em programas e ações para um período de quatro anos.
- **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** - estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro, orienta a elaboração do orçamento e faz alterações na legislação tributária.
- **Lei Orçamentária Anual (LOA)** - estima receitas e fixa despesas para um ano, de acordo com as prioridades contidas no PPA e LDO, detalhando quanto será gasto em cada ação e programa.

IM – 2015 – Questão 12

- 2) Segundo Vasconcellos (2011), numa situação de déficit, existem duas fontes de recursos que o governo pode financiar seu déficit por meio de recursos extrafiscais, além das medidas tradicionais de política fiscal (aumento de impostos ou corte de gastos). Assinale a opção que apresenta essas duas fontes de recursos.
- a) Privatizar empresas públicas e demitir servidores públicos.
 - b) Emitir moeda e vender títulos da dívida pública ao setor privado.
 - c) Destruir moeda e comprar títulos da dívida pública.
 - d) Reduzir os juros dos títulos da dívida pública e destruir moeda.
 - e) Combater a evasão fiscal e reduzir a inflação.

Déficit e Dívida Pública

$$D_t^g = D_{t-1}^g + iD_{t-1}^g + G_t + Tr_t + I_t^g - T_t \longrightarrow \text{Dívida Pública}$$

O estoque da dívida pública no período t é igual a dívida do período anterior mais os gastos correntes do governo (incluindo as transferências) mais o investimento governamental mais o pagamento de juros sobre o estoque da dívida no período anterior menos a carga tributária.

$$D_t^g - D_{t-1}^g = (G_t + Tr_t - T_t + I_t^g) + iD_{t-1}^g \longrightarrow \text{Déficit Nominal}$$

O déficit nominal mede a variação da dívida total do governo em termos nominais.

$$(G_t + Tr_t - T_t + I_t^g) \longrightarrow \text{Déficit Primário: Total das despesas menos receitas, não financeiras.}$$

Critérios e Definições

- “Acima da Linha”
 - Critério pelo qual são explicitados os fluxos de receitas e despesas. Assim, podemos calcular:
 - Déficit Nominal = Gastos Totais – Receitas Totais
 - Déficit Primário = Déficit Nominal – Despesas Financeiras (juros)
 - Déficit Operacional = Déficit Nominal – Correções Monetária e Cambial

Critérios e Definições

- **“Abaixo da Linha”**

- **Critério que observa o déficit com base na variação da dívida pública, pela ótica do seu financiamento.**

- **Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)**

- **Ajuste Patrimonial (AP)**

- **Dívida Fiscal Líquida (DFL)**

$$\text{DFL} = \text{DLSP} - \text{AP}_t = \text{DLSP} - (\text{“Esqueletos”} - \text{Privatizações})$$

$$\text{Pois : } \text{DLSP} = \text{DFL} + \text{“Esqueletos”} - \text{Privatizações}$$

Observações

■ Critérios de Cálculo

$$D_t^g - D_{t-1}^g = (G_t + Tr_t - T_t + I_t^g) + iD_{t-1}^g$$

Critério “acima da linha”:

cálculo do déficit utilizando os fluxos de receitas e despesas

Critério “abaixo da linha”:

cálculo do déficit através da variação da dívida pública

- Observe que, para calcularmos o déficit pelo critério “abaixo da linha”, precisamos conhecer as “posições patrimoniais” do setor público (estoque da dívida).

Observações

- **DLSP, DFL e AP**
- A diferença entre a DLSP (dívida total) e a DFL é dada pelo ajuste patrimonial, que considera as despesas e receitas extraordinárias.
 - Observe a importância do cálculo da DFL, quando existem valores elevados para o ajuste patrimonial: fazer alguma inferência sobre a gestão fiscal, desconsiderando receitas e despesas extraordinárias.
- Receitas Extraordinárias
 - Privatizações e outras.
- Despesas Extraordinárias
 - Passivos contingentes (“esqueletos”), despesas com variação cambial e outras.

Financiamento Déficit Nominal

$$\underbrace{(H_t - H_{t-1})}_{\text{Senhoriagem}} + \underbrace{(D_t^{gP} - D_{t-1}^{gP})}_{\text{Variação da dívida em poder de residentes}} + \underbrace{E(B_t^* - B_{t-1}^*)}_{\text{Variação da dívida em poder de não residentes}}$$

Variação da dívida em poder de não residentes, onde E representa a taxa nominal de câmbio e B* o estoque de ativos externos líquidos.

Variação da dívida em poder de residentes

Senhoriagem

Variação real da base monetária

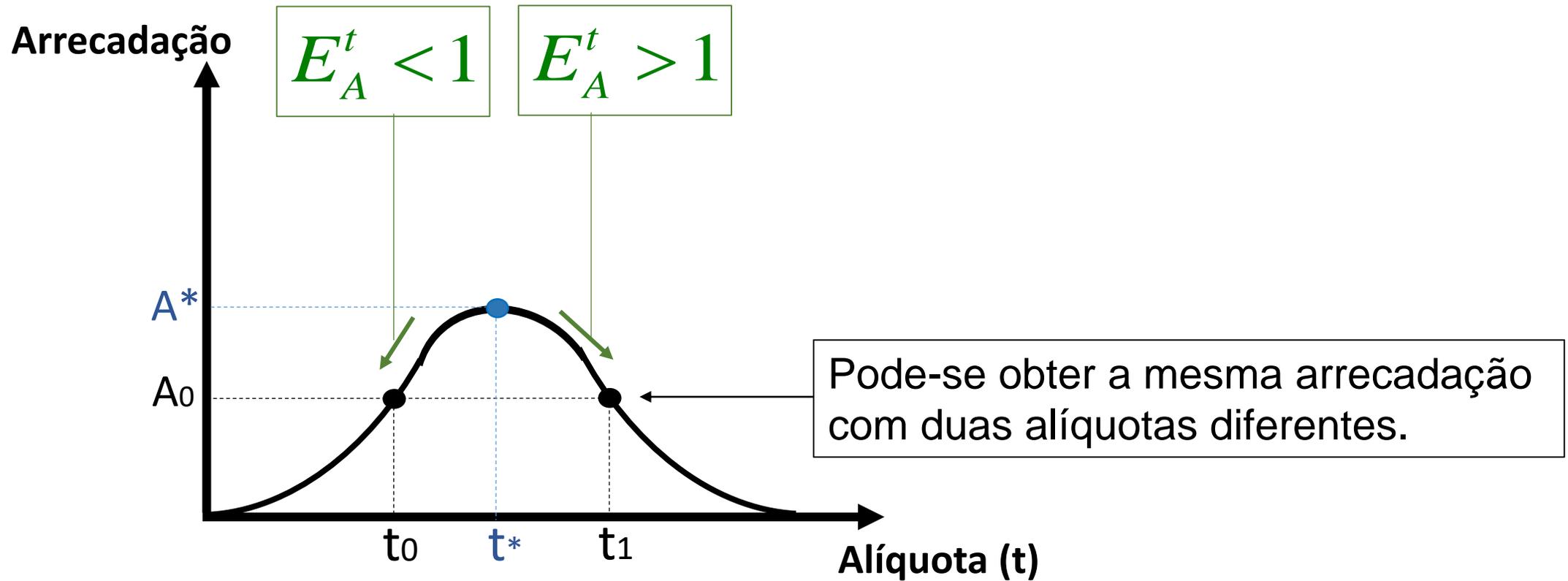
IM – 2015 – Questão 35

- 3) A relação entre o total da arrecadação tributária e a taxa (alíquota) de impostos é denominada Curva de
- a) Phillips.
 - b) Engel.
 - c) Laffer.
 - d) Okun.
 - e) Indiferença.

A Curva de Laffer

- Quando falamos de impostos e arrecadação tributária, em geral, temos em mente que uma alíquota de imposto maior gera uma arrecadação maior. Entretanto, o economista Arthur Laffer, mostrou que existe um ponto crítico para isso.
- Dito de outra forma, aumentos sucessivos na alíquota de qualquer imposto fazem com que a arrecadação cresça, até certo ponto. A partir daí, a alíquota aumenta e a arrecadação decresce, pois os agentes econômicos passam a não honrar seus compromissos tributários e/ou substituir trabalho por lazer.

A Curva de Laffer



Efeitos da Inflação Sobre as Contas Públicas

▪ Efeito Oliveira-Tanzi

- Quando a inflação é elevada a arrecadação real do governo pode diminuir pelo tempo decorrido entre o fato gerador e a efetiva coleta do imposto. Geralmente os governos evitam tal efeito reduzindo os prazos de recolhimento e/ou indexando os tributos diariamente.

▪ Efeito Patinkin

- Possível ganho real para as finanças do governo em momentos de elevada inflação pela possibilidade de gastos reais menores através do atraso no pagamento de suas despesas.

IM – 2015 – Questão 44

- 4) Dentre as funções do governo, assinale a opção que apresenta aquela que tem como objetivo o uso da política econômica visando a um alto nível de emprego, à estabilidade dos preços e à obtenção de uma taxa apropriada de crescimento econômico.
- a) Alocativa.
 - b) Distributiva.
 - c) Estabilizadora.
 - d) Tributária.
 - e) Intervencionista.

Objetivos da Política Fiscal e as Funções do Governo

▪ Função Alocativa

- Os bens públicos não podem ser fornecidos de forma compatível com as necessidades da sociedade através do sistema de mercado, pois os benefícios gerados por eles estão disponíveis para todos. Portanto, não existirão pagamentos voluntários.
- Portanto, o governo deve:
 - Determinar a quantidade e o tipo de bens públicos ofertados.
 - Calcular o nível de contribuição de cada consumidor

Objetivos da Política Fiscal e as Funções do Governo

▪ Função Distributiva

- A distribuição da renda pode não ser a desejada pela sociedade. Por isso o governo pode utilizar alguns instrumentos para diminuir a concentração de renda:
 - Transferências
 - Impostos
 - subsídios

▪ Função Estabilizadora

- Em alguns momentos podemos ter elevados níveis de desemprego e/ou inflação. Em tais casos a intervenção do governo pode minimizar tais problemas.

IM – 2014 – Questão 4

- 5) O déficit atinente ao resultado negativo entre receitas e despesas do governo, incluindo-se as despesas com pagamento de juros e a correção monetária da dívida pública, denomina-se:
- a) Primário.
 - b) Nominal.
 - c) Operacional.
 - d) Inflacionário.
 - e) De Caixa.

IM – 2014 – Questão 24

- 6) A receita que o Banco Central obtém ao ter o monopólio de emissão de moeda a custo praticamente zero e chamada de:
- a) depósito compulsório.
 - b) diferida.
 - c) monetização,
 - d) senhoriagem.
 - e) imposto inflacionário.

IM – 2014 – Questão 38

- 7) "Após um certo nível da alíquota do imposto, qualquer elevação da taxa, em vez de aumentar a arrecadação total do governo, resultará numa redução, devido à evasão fiscal (sonegação), e ao desestímulo provocado sobre os negócios em geral". Tal conceito refere-se
- a) a Curva de Lafer.
 - b) ao Efeito Olivera-Tanzi.
 - c) a Curva de Lorenz.
 - d) ao Coeficiente de vulnerabilidade.
 - e) ao Estabilizador automático.

IM – 2014 – Questão 39

- 8) Quanto à classificação do dispêndio público, segundo Viceconti e Neves (2010), assinale a opção INCORRETA.
- a) São Transferências de Capital: a amortização da dívida pública, os auxílios para obras públicas e auxílios para equipamentos e instalações, dentre outros.
 - b) São Inversões Financeiras: a aquisição de imóveis, a aquisição de títulos representativos de Capital de Empresas em Funcionamento e a concessão de empréstimos, dentre outros.
 - c) Transferências Correntes são despesas às quais não correspondem contraprestação direta em bens ou serviços, como por exemplo, a constituição de Fundos Rotativos.
 - d) As Despesas Correntes são os gastos realizados pelo governo dos quais não resultam um acréscimo ao seu patrimônio.
 - e) As subvenções econômicas são denominadas de Subsídios pela Contabilidade Nacional.

- **Fundo Rotativo** é um sistema de descentralização financeira, criado por lei específica para dar maior agilidade e dinamismo à realização de despesas correntes de pequena monta e pronto pagamento que estejam evidenciadas em seu ato de criação e em situações comprovadamente especiais.
- Os recursos de **Fundos Rotativos** podem ser utilizados para o pagamento de **despesas correntes (como as despesas com materiais e serviços)**. Portanto, nesse caso, existe uma contraprestação direta em bens e serviços, **não se tratando então de uma transferência corrente.**

- **Despesa pública** é o conjunto de **dispêndios** realizados pelos entes públicos a fim de **saldar gastos fixados na LOA**.
- Despesa pública também pode ser definida como o conjunto de gastos realizados pelos entes públicos para **custear os serviços públicos** (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a **realização de investimentos** (despesas de capital).
- **Classificação: Categoria Econômica**
- **Despesas Correntes**
 - **Despesas de Custeio:** gasto destinado a aquisição de bens e manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive para atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
 - **Transferências Correntes:** dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.

• Despesas de Capital

- **Investimentos:** dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- **Inversões financeiras:** são as dotações destinadas para: **i)** aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização; **ii)** aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; **iii)** constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.
- **Transferências de capital:** dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

IM – 2013 – Questão 39

- 9) De acordo com Securato (2007), quais são os dois tipos de tributos cobrados pelo governo?
- a) Tributos diretos e indiretos.
 - b) Tributos fiscais e parafiscais.
 - c) Impostos e contribuições.
 - d) Impostos e Taxas.
 - e) Tributos nacionais e internacionais.

IM – 2015 – Questão 46

10) São comuns os casos em que a ação de um indivíduo ou de uma empresa afeta, diretamente ou indiretamente, outros agentes do sistema econômico. Isso ocorre quando há

- a) monopólio natural.
- b) bens públicos.
- c) assimetria da informação.
- d) externalidades.
- e) mercados incompletos.

Bens Públicos

- A maioria dos bens é alocada em mercados nos quais os compradores pagam pelo bem e os vendedores são pagos pelo que fornecem (**Bens Privados**).
- Quando um bem é “gratuito”, as forças de mercado que alocam os recursos inexistem.
- Examinaremos os bens que **não possuem preço de mercado**.
- Quando um bem não possui preço, os mercados privados não conseguem garantir que ele seja produzido e consumido em quantidades apropriadas.
 - Neste caso, há espaço para o governo intervir (para tentar remediar a falha de mercado e aumentar o bem estar econômico).

BENS PÚBLICOS, PRIVADOS, RECURSOS COMUNS E MONOPÓLIOS NATURAIS (bens de clube)

- Para elaborar-se a classificação dos bens, deve-se agrupá-los segundo duas características, respondendo as seguintes perguntas:
 - a) O bem é excludente?
 - b) O bem é rival?
- **Bens rivais** (disputáveis): o fato de uma pessoa consumir o bem reduz a possibilidade de consumo para qualquer outra pessoa.
- **Bens excludentes** (exclusivos): as pessoas podem ser impedidas de consumi-los

BENS PÚBLICOS, PRIVADOS, RECURSOS COMUNS E MONOPÓLIOS NATURAIS (bens de clube)

- TV a Cabo
- Defesa Nacional
- Roupas
- Peixes no Mar
- Sorvetes
- Sirene de Furacão
- Educação Privada
- Meio ambiente

		RIVAL?	
		SIM	NÃO
E X C L U D E N T E ?	S I M	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Roupas ▪ Sorvetes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ TV a Cabo ▪ Educação Privada
	N Ã O	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Peixes no Mar ▪ Meio ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Defesa Nacional ▪ Sirene de Furacão

BENS PÚBLICOS, PRIVADOS, RECURSOS COMUNS E MONOPÓLIOS NATURAIS (bens de clube)

- Portanto:
- Bens privados: Rivais e Excludentes
- Bens públicos: Não Rivais e Não Excludentes
- Recursos comuns: Rivais e Não Excludentes
- Monopólios naturais: Não Rivais e Excludentes

BENS PÚBLICOS, PRIVADOS, RECURSOS COMUNS E MONOPÓLIOS NATURAIS (bens de clube)

▪ Bens Públicos

- São bens não rivais (não disputáveis): podem ficar disponíveis para todos sem que seja afetada a oportunidade do seu consumo para qualquer outra pessoa.
 - São bens não excludentes (não exclusivos): as pessoas não podem ser impedidas de consumi-los.
-
- **O problema do carona.**
 - Carona (*free-rider*): alguém que recebe o benefício de um bem ou serviço, mas evita pagar por ele.

BENS PÚBLICOS, PRIVADOS, RECURSOS COMUNS E MONOPÓLIOS NATURAIS (bens de clube)

▪ Bens públicos:

- Papel do governo na provisão dos bens públicos
- Quando o governo deverá prover um bem público ?
 - Como ocorre com outros bens, um bem público deve ser ofertado quando o benefício marginal de uma unidade adicional é ao menos tão grande quanto o custo marginal daquela unidade.
- A análise de custo-benefício: compara os custos e os benefícios decorrentes da provisão de um bem público, para a sociedade.
 - Dificuldades desta análise.

Recursos Comuns

- Não são excludentes, porém são rivais.
- A “Tragédia dos Comuns”
 - **Conclusão: a importância dos direitos de propriedade**
 - O mercado falha na alocação eficiente dos recursos quando os direitos de propriedade não estão bem definidos.
 - Oportunidade, neste caso, para a intervenção governamental.

Externalidades

- Externalidades ocorrem quando as ações de um agente econômico impactam outro(s) agente(s) econômico(s) de forma não refletida nas transações de mercado.
 - Existe Impacto das ações de um agente sobre o bem estar de outro(s) agente(s), que não toma(m) parte na ação.
 - Inexiste pagamento ou recebimento de compensação pelo impacto sofrido.
- A externalidade é considerada uma falha de mercado; portanto, o excedente total não é maximizado.
- As externalidades podem ser classificadas como positivas ou negativas, e podem ocorrer por conta do consumo ou da produção.

Externalidades

- Em geral, na microeconomia, a interação dos agentes é realizada em mercados organizados.
 - Agentes só precisam conhecer os preços e suas próprias preferências (ou funções de produção, no caso das firmas).
- E se alguns bens não estão no mercado ?
 - Exemplo: silêncio noturno, ar limpo,...
- A falta de mercado para estes efeitos externos (externalidades) causa problemas na alocação de recursos.

Externalidades

▪ Negativas

- As ações de algum indivíduo ou empresa impõem custos a outro indivíduo ou empresa.

▪ Positivas

- As ações de algum indivíduo ou empresa geram benefícios para outro indivíduo ou empresa.

▪ Produção

- Possibilidades de produção de uma empresa influenciada pelas ações de outra empresa ou consumidor.

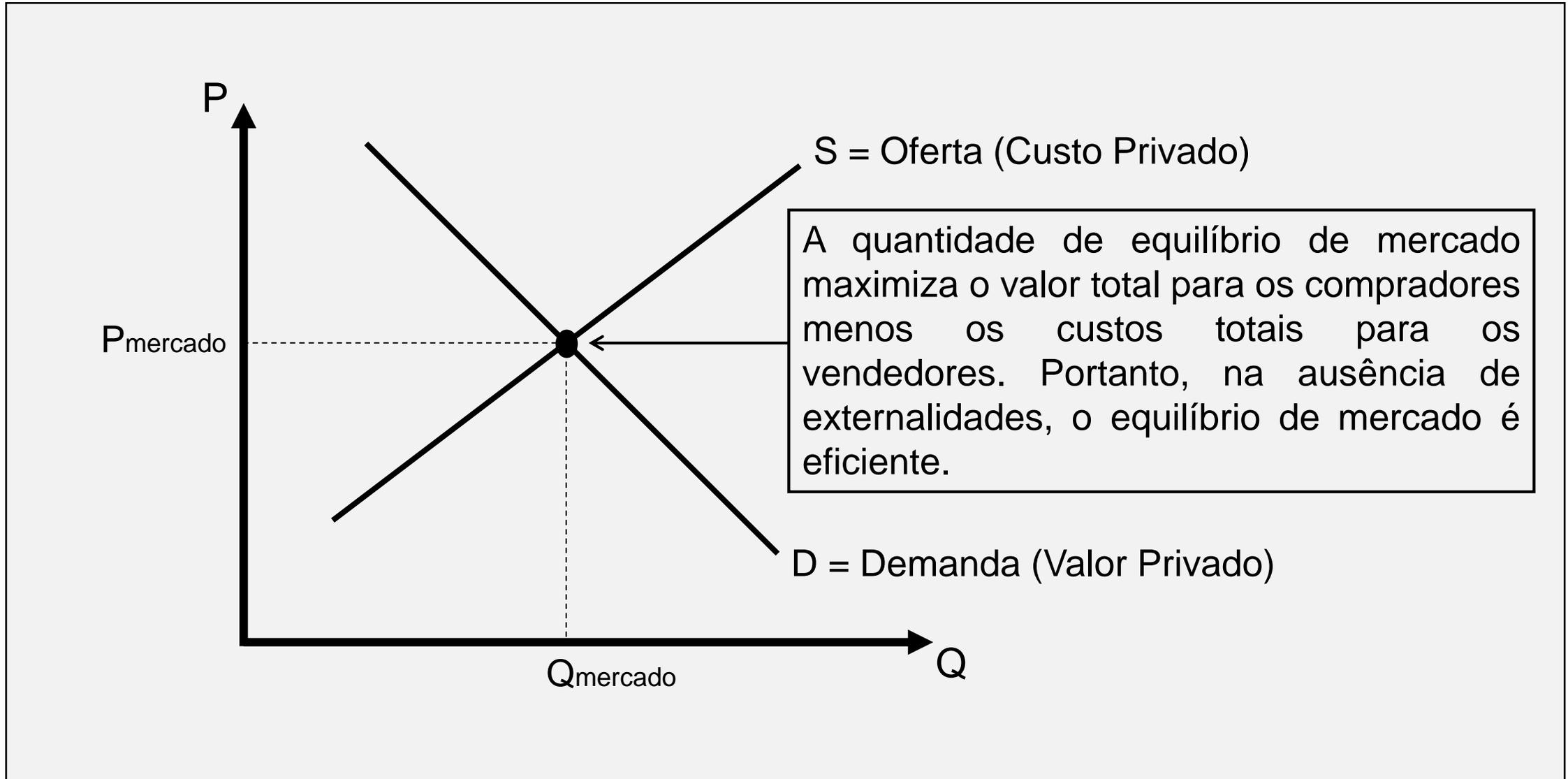
▪ Consumo

- Consumidor é afetado pela produção ou consumo de outro agente.

Externalidades

- Quando há externalidades, a alocação de recursos proporcionada pelo mercado não será eficiente pois:
 - Se a produção de um bem gera externalidades negativas, ocorrerá excesso de oferta desse bem na ausência de intervenção governamental.
 - Se a produção de um bem gera externalidades positivas, ocorrerá insuficiência de oferta desse bem na ausência de intervenção governamental.

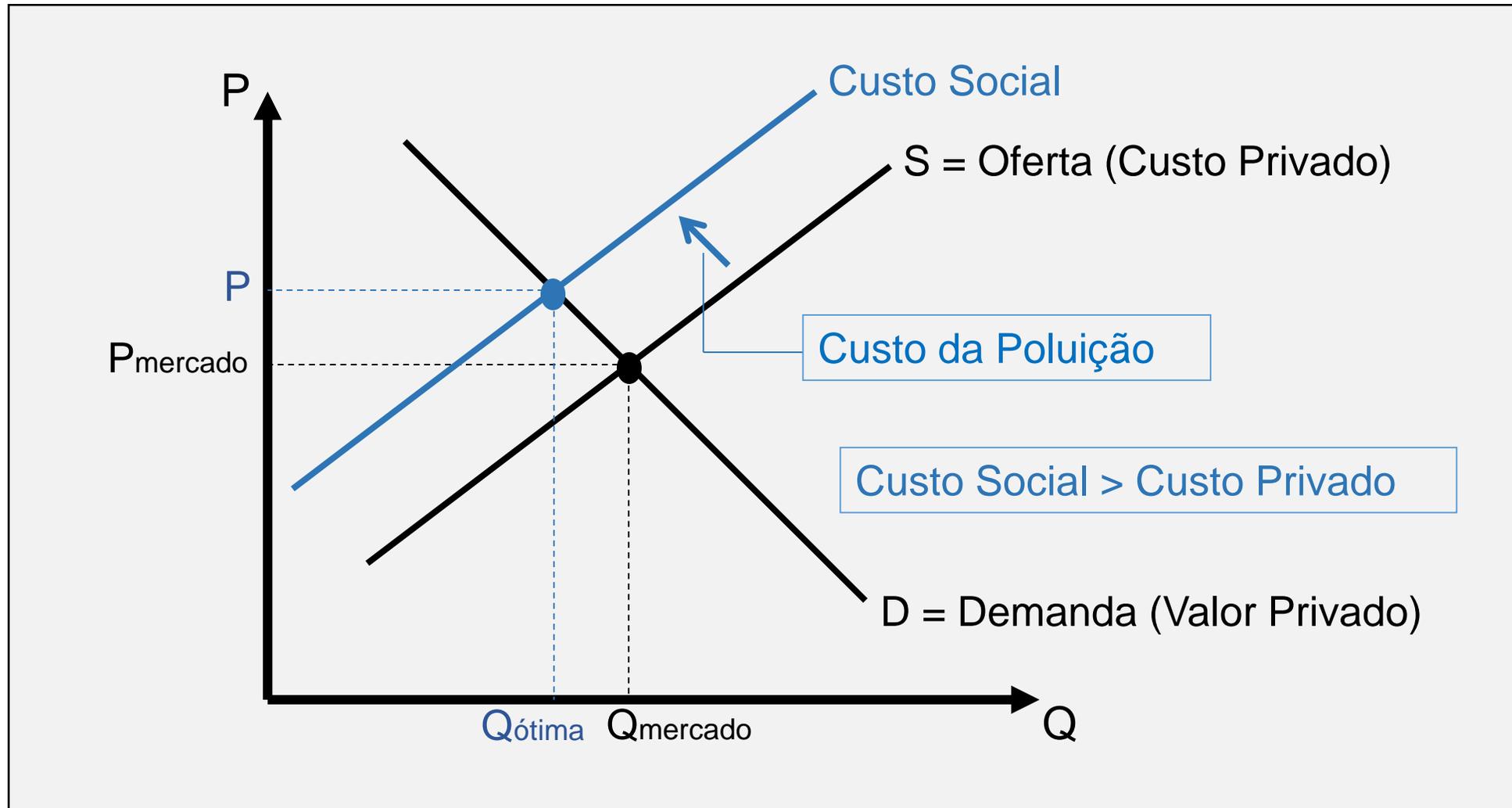
O Mercado de Alumínio



Externalidades Negativas

- Se, levarmos em conta a poluição produzida por uma fábrica de alumínio (externalidade negativa), o custo de produção para a sociedade será mais alto do que o custo para os produtores de alumínio: **custo social > custo privado**.
- O custo social de produção do bem, para cada unidade produzida, inclui o custo privado dos produtores mais o custo sofrido pelos agentes atingidos pela poluição.

Externalidades Negativas



Externalidade Negativa: Poluição e Ótimo Social

- A quantidade de equilíbrio de mercado é maior do que a quantidade socialmente ótima.
- A razão para essa ineficiência é que o equilíbrio de mercado reflete apenas os custos privados de produção.
- Internalizar uma externalidade significa alterar os incentivos de forma que os agentes levem em consideração os efeitos externos de suas ações.
- No caso da externalidade negativa, para atingir a quantidade ótima socialmente o governo poderá tributar os produtores ou proibir certas ações.

Externalidades Positivas

- Neste caso, a curva de demanda não reflete o valor do bem para a sociedade.
- O valor social do bem excede o seu valor privado.
- Como o valor social é maior do que o valor privado, a curva de valor social fica acima da curva de demanda (valor privado).
- A quantidade socialmente ótima é maior do que a quantidade de equilíbrio, que é determinada pelo mercado privado.
- No caso da externalidade positiva, o governo poderá internalizá-la ao lançar mão de um subsídio.

Soluções Privadas Para as Externalidades

- **O Teorema de Coase:**
 - *Se os custos de transação são desprezíveis, a atribuição de direitos de propriedade bem definidos aos agentes econômicos poderá eliminar a ineficiência gerada pelas externalidades.*
 - O resultado eficiente poderá ser obtido independentemente de como os direitos de propriedade são inicialmente distribuídos.

Teorema de Coase: Um Exemplo Simples

- Uma estação de veraneio na praia e uma indústria química dividem um lago. A planta industrial tem um lucro de US\$ 20. Um dispositivo de filtragem para reduzir a poluição que custa US\$ 5 faria com que o lucro caísse para US\$ 15. O lucro do dono da estação de veraneio seria de US\$ 25 caso a poluição fosse reduzida mas somente de US\$ 10 quando a planta industrial opera sem o dispositivo.
- **Assumindo que o lago é de propriedade da indústria química:**

O dono da estação de veraneio comprará o dispositivo de filtragem.

Se o benefício marginal da instalação do dispositivo de filtragem for maior que o seu custo marginal ele será instalado.

Teorema de Coase: Um Exemplo Simples

- O custo do dispositivo de filtragem é de \$5 e a externalidade gerada por ele reduz o lucro da estação de veraneio em \$15. Portanto, o benefício marginal da instalação do dispositivo de filtragem é maior que seu custo. Desta forma, ele será instalado.
 - Se os direitos de propriedade forem concedidos ao dono da estação de veraneio, ele poderá processar o dono da indústria pelo lucro perdido; logo, o dono da indústria instalará o dispositivo de filtragem.
 - Se os direitos de propriedade forem concedidos ao dono da indústria, o dono da estação de veraneio instalará o dispositivo de filtragem, pois $\$5 < \15 .

Políticas Públicas Para as Externalidades

- Quando a negociação privada não funcionar, o governo poderá agir através de:
 - Políticas de comando e controle: regulam diretamente o comportamento dos agentes.
 - Políticas baseadas no mercado: oferecem incentivos de maneira que os agentes privados optem por resolver o problema entre si.
 - Impostos e subsídios de Pigou.

IM – 2014 – Questão 7

- 11) Segundo Mankiw (2013), dentre as afirmativas abaixo sobre bens públicos e recursos comuns, assinale a opção correta.
- a) Um bem é excludente se o uso que alguém faz dele impede outras pessoas de usar a mesma unidade do bem.
 - b) Os bens artificialmente escassos são também chamados bens de clube ou monopólios naturais.
 - c) Os bens públicos são rivais e excludentes, como por exemplo, os shows pirotécnicos.
 - d) A patente de um conhecimento tecnológico específico não torna excludente o conhecimento criado pelo inventor.
 - e) Os recursos comuns, como por exemplo, o ar puro, são bens excludentes mas não rivais.

IM – 2014 – Questão 50

12) A proposição de que, se os agentes econômicos privados puderem negociar sem custo a alocação de recursos, poderão resolver por si só o problema das externalidades refere-se ao:

- a) Efeito de Meade.
- b) Teorema de Coase.
- c) Paradoxo de Condorcet.
- d) Teorema de Arrow.
- e) Teorema de Volcker.

IM – 2013 – Questão 26

13) De acordo com Securato (2007), a importância da intervenção governamental pode ser justificada pela existência dos seguintes bens:

- a) públicos, comuns e geradores de bem estar.
 - b) meritórios, sociais e geradores de bem estar.
 - c) públicos, meritórios e geradores de externalidades.
 - d) públicos, coletivos e geradores de bem estar.
 - e) públicos, sociais e geradores de bem estar.
-
- Bens meritórios são aqueles que o governo obriga os indivíduos a utilizar, como cinto de segurança.

IM – 2016 – Questão 37

14)O jornal momento em noticia quis saber de um ilustre deputado qual a importância de determinado programa de governo para a população. O parlamentar respondeu ao jornal: “o que me chamou a atenção foram as inúmeras externalidades decorrentes do programa (...)”. Na teoria sobre finanças públicas, de forma geral, externalidades são definidas como

- a) Qualquer beneficio oriundo de um projeto ou programa que não esteja diretamente relacionado a seus objetivos principais.
- b) Benefícios facilmente quantificáveis na mensuração do custo de projetos de bens públicos.
- c) Benefícios advindos do consumo de bens públicos totalmente internalizados pelos indivíduos.

- d) Efeitos colaterais positivos ou negativos importantes e relacionados à atividade econômica e à sociedade como um todo.
- e) A capacidade de um projeto ou programa de geração de bens privados desencadear uma “deseconomia” externa de escala.

IM – 2016 – Questão 19

15) Segundo Machado Jr. & Reis (2012), com relação aos créditos adicionais, é correto afirmar que

- a) Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- b) Apenas os créditos suplementares serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- c) Apenas os créditos especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto do executivo.
- d) Os créditos suplementares, especiais e extraordinários serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- e) Os créditos extraordinários serão abertos por lei.

IM – 2016 – Questão 28

16) Com relação à despesa pública, segundo Reis e Machado Jr. (2012) analise as afirmativas abaixo.

- F** I. Classificam-se como inversões financeiras as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas às aquisições de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações ou equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Como vimos, dotações para o planejamento e a execução de obras são classificadas como investimentos.

F II. Classificam-se como investimentos as dotações destinadas à aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização, bem como à aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital.

Como vimos, essa é a definição de Inversão Financeira.

V III. Classificam-se como transferências correntes as dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa III está correta.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

IM – 2016 – Questão

17) A lei de responsabilidade fiscal (LRF) estabelece princípios, limites e normas de finanças públicas para orientar a ação das autoridades governamentais, dos três poderes, nas três esferas de governo. Seu propósito é criar uma cultura de responsabilidade fiscal, baseada na prudência e na transparência. Dessa forma, a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa serão acompanhados de:

- a) Declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- b) Estimativa contábil-financeira, anexa ao atestado de disponibilidade orçamentária, assinada pelo ordenador de despesa e agente fiscal, mostrando a adequação da proposta ao plano plurianual (PPA) e a lei de diretrizes orçamentárias.

- c) Declaração de “nada consta”, junto à receita federal brasileira, em favor do CPF do ordenador de despesas ou agente público proponente da proposta de ação governamental.
- d) Estimativa pormenorizada do impacto orçamentário-contábil-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos três subsequentes, incluindo a conversão de moedas, quando necessário.
- e) No caso de gasto com pessoal: demonstrativo da despesa total apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos doze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.